



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
Câmara Técnica de Análise de Projeto

RESOLUÇÃO Nº , DE DE DE 2008

**MINUTA 69ª REUNIÃO**

Estabelece diretrizes e critérios para a deliberação prevista no inciso III do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

O **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CNRH**, no uso de suas competências conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e 9.984, de 17 de julho de 2000, bem como pelo Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003, e

Considerando o fundamento da Política Nacional de Recursos Hídricos segundo o qual a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída pelo Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água;

Considerando a necessidade de integração de informações sobre conflitos entre as instâncias de gestão do SINGREH;

Considerando que compete ao CNRH deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados, ou do Distrito Federal, em que serão implantados, conforme estabelecido no inciso III do art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997; e

Considerando a atribuição conferida à Câmara Técnica de Análise de Projeto do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para acompanhar, analisar, estudar e emitir parecer sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados, ou do Distrito Federal, em que serão implantados, conforme estabelecido no inciso I do art. 2º da Resolução CNRH nº 8, de 21 de junho de 2000, resolve:

Art. 1º - Estabelecer diretrizes e critérios para a deliberação sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados, ou do Distrito Federal, em que serão implantados, conforme inciso III do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

§ 1º - São projetos de aproveitamento de recursos hídricos sujeitos à avaliação do CNRH:

- I- Hidrovias
- II- Barragens;
- III- Diques;
- IV- Canais para drenagem;
- V- Retificações de cursos de água;
- VI- Abertura de barras, embocaduras e canais;
- VII- Transposição de bacias hidrográficas;



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
Câmara Técnica de Análise de Projeto

- 
- VIII- Captação para abastecimento urbano, uso industrial e agrícola;
  - IX- Disposição de esgotamento sanitário, resíduos agrícolas e industriais;
  - X- Interceptores e emissários de esgoto;
  - XI- Dragagem e derrocamentos em corpos d'água;
  - XII- Marinas;
  - XIII- Portos;
  - XIV- Parques aquáticos para lazer;
  - XV- Mineração no leito do curso de água;
  - XVI- Aquicultura; e
  - XVII- Outros projetos que captem água de corpo de água para suas atividades.

Art. 2º - São definidos como projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados onde serão implantados todos aqueles cujas intervenções físicas decorrentes de sua instalação, temporárias ou definitivas, se enquadrem em pelo menos uma das seguintes condições:

- I – Estiverem localizados ou se desenvolverem em dois ou mais Estados;
- II - Interfiram significativamente no regime livre e natural de vazão ou nível do corpo hídrico, superficial ou subterrâneo, para quaisquer usos, exceto para o uso ambiental;
- III - Estiverem localizados em território nacional dentro da faixa de 150 quilômetros a partir de uma fronteira internacional; no mar territorial; na plataforma continental; na zona econômica exclusiva; em terras indígenas; em unidades de conservação do domínio da União;
- IV – Se desenvolverem em área de fronteira conjuntamente com um país limítrofe;
- V – Quando os recursos utilizados no empreendimento forem federais;
- VI – Quando a área de influência direta do projeto, contida totalmente ou não dentro da sub-bacia hidrográfica onde o projeto se insere, ultrapassar os limites territoriais do País ou de mais de um Estado;

§ 1º – Mesmo que nenhum dos critérios descritos nos incisos I a VI deste artigo não seja atendido, quando o apelo popular, do comitê de bacia ou do conselho estadual assim o requerer em virtude de conflito entre instâncias inferiores, o projeto poderá ser objeto de deliberação do CNRH;

§ 2º – A definição da significativa interferência no regime livre e natural que trata o inciso II deste artigo é caracterizada quando o regime de vazão natural histórico é alterado à jusante ou à montante da instalação do projeto em questão, no caso de corpo de água superficial, e de mudança de nível, no caso de corpo de água subterrâneo, devendo estar em conformidade com os critérios técnicos e aspectos legais seguidos pela ANA para definir restrições na concessão da outorga do direito do uso da água.

§ 3º - Mesmo que o projeto atenda a alguma condição tratada no caput deste artigo, quando o uso for considerado de uso insignificante pela ANA para fins de outorga, ou for delegado pela ANA, quanto à concessão de outorga, ou pelo IBAMA, quanto ao licenciamento ambiental, a instâncias inferiores, ou quando se tratar de um barramento que opere a fio d'água, o projeto não será objeto de deliberação do CNRH.

§ 4º - As áreas de empréstimo, bota fora e demais áreas e instalações de apoio, temporárias ou definitivas, a serem instaladas fora do limite do corpo hídrico que fazem parte do projeto, bem como os ecossistemas aquáticos ou situados às margens do corpo hídrico dentro da área de influência direta do projeto, determinada



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
Câmara Técnica de Análise de Projeto

pela área da sub-bacia, não serão objeto de deliberação pelo CNRH, por já estarem no contexto da solicitação do licenciamento ambiental junto ao IBAMA.

Art. 3º - Os projetos de aproveitamento de recursos hídricos referidos no art. 1º desta Resolução serão objeto de deliberação pelo CNRH antes da decisão, pela Agência Nacional de Águas – ANA, relativamente às solicitações de reserva de disponibilidade hídrica e de outorga de direito de uso de recursos hídricos, e pelo IBAMA, relativa à solicitação de Licença Prévia.

Parágrafo único. A deliberação a que se refere o *caput* deste artigo limitar-se-á aos aspectos relativos ao aproveitamento hídrico do projeto, a serem analisados no processo de outorga de direito de uso de recursos hídricos e processo do licenciamento ambiental.

Art. 3º Caberá à ANA encaminhar ao CNRH, quando do protocolo de requerimento de reserva de disponibilidade hídrica ou de outorga, os projetos que se enquadrem no disposto no art. 1º desta Resolução, exceto quando o uso for considerado insignificante.

Parágrafo único. Na hipótese de descumprimento do disposto no *caput* deste artigo, com a concordância de pelo menos a quinta parte dos conselheiros, o CNRH poderá deliberar sobre o respectivo projeto de aproveitamento de recursos hídricos.

Art. 4º Os projetos de aproveitamento de recursos hídricos de que trata esta Resolução deverão ser protocolizados na Secretaria Executiva do CNRH, contendo requerimento fundamentado, devidamente assinado, com indicação clara e inequívoca das repercussões que poderão ocorrer fora dos Estados em que serão implantados, ou do Distrito Federal, e que justifiquem sua apreciação pelo CNRH.

Parágrafo único. Na hipótese de descumprimento, total ou parcial, dos requisitos previstos no *caput* deste artigo, ou de não ser demonstrado que as repercussões dos projetos de aproveitamento de recursos hídricos extrapolam o âmbito dos Estados em que serão implantados, a Secretaria Executiva do CNRH, mediante despacho fundamentado, arquivará a apreciação do projeto pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, comunicando o requerente dessa decisão.

Art. 5º - Após a protocolização a que se refere o art. 4º desta Resolução, e preenchidos os requisitos previstos naquele dispositivo, a Secretaria Executiva do CNRH deverá comunicar aos seguintes órgãos e entidades:

- I- à ANA, na hipótese do requerimento ter sido apresentado na forma do parágrafo único do art. 3º desta Resolução;
- II- aos empreendedores ou responsáveis pelo projeto;
- III- aos Comitês de Bacia Hidrográfica com área de atuação onde os projetos serão localizados;
- IV- aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos competentes, caso os projetos se localizem ou repercutem em corpo de água de domínio estadual;
- V- aos demais órgãos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos que tenham relação direta ou indireta com os projetos.



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
Câmara Técnica de Análise de Projeto

§1º A comunicação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser instruída com cópia da documentação pertinente e estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias para recebimento de manifestações dos respectivos órgãos e entidades.

§2º O processo deverá estar disponível no SNIRH, sem prejuízo de outras formas de divulgação.

Art. 6º - Após o recebimento das manifestações previstas no art. 5º desta Resolução, ou depois de transcorrido o prazo sem sua apresentação por qualquer um dos órgãos e entidades referidos nos incisos I a V do art. 5º desta Resolução, a Secretaria Executiva do CNRH deverá enviar o projeto para apreciação pela Câmara Técnica de Análise de Projeto – CTAP, que analisará os aspectos relativos ao aproveitamento hídrico e emitirá parecer para subsidiar a deliberação do Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Parágrafo único. A CTAP terá o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, contados do recebimento da solicitação para análise do projeto de aproveitamento de recursos hídricos, para emitir o parecer previsto no *caput* deste artigo.

Art. 7º - Após a análise da CTAP, o projeto será objeto de apreciação da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, que analisará os seus aspectos legais e institucionais relativamente à legislação de recursos hídricos e emitirá parecer, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da solicitação para análise do projeto, para subsidiar a deliberação do Plenário do CNRH.

Art. 8º - Com base nos pareceres da CTAP e da CTIL, bem como nas manifestações apresentadas pelos órgãos e entidades descritos nos incisos I a V do art. 5º desta Resolução, o Plenário do CNRH deliberará sobre o aproveitamento hídrico dos projetos de que trata o art. 1º desta Resolução, através de Resolução específica, indicando, quando for o caso, medidas e condições a serem observadas para sua implantação, execução e operação.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva do CNRH poderá contratar estudos técnicos para subsidiar os pareceres das câmaras técnicas do CNRH.

Art. 9º - No processo de análise e discussão dos projetos de aproveitamento de recursos hídricos, no âmbito das Câmaras Técnicas e do Plenário do CNRH, será garantido o direito de manifestação aos representantes legais dos órgãos e entidades descritos nos incisos I a V do art. 5º desta Resolução que tenham apresentado a manifestação prevista naquele dispositivo.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**CARLOS MINC BAUNFIELD**  
Presidente

**VICENTE ANDREU GUILLO**  
Secretário Executivo